

A INVISIBILIDADE DO SABER DAS MULHERES RIBEIRINHAS RASPADEIRAS DE CUIAS: UMA ANÁLISE PEDAGÓGICA DE RESISTÊNCIA NAS ILHAS DE ABAETETUBA¹

Marivania dos Santos Ribeiro Bastos

Graduada em Educação Física , pela Universidade do Estado do Pará – UEPA; Biologia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA;
Especialista em Estudos Culturais da Amazônia –
Universidade Federal do Pará - UFPA

Nelson Ramos Bastos

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Cidades, Territórios e Identidades-PPGCITI-UFPA
Universidade Federal do Pará
Especialista em Língua Inglesa
Faculdade de Educação Montenegro
Graduado em Letras Português/Inglês

Resumo

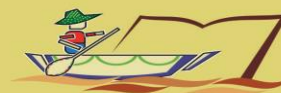
Analisar os modelos de desenvolvimento na Amazônia tocantina baseado na exploração das monoculturas da cana-de-açúcar do século XVII, governança pombalina, até as décadas iniciais do século XXI, a partir do avanço das monoculturas do dendê e da açainização, sua relação com a invisibilidades de mulheres raspadeiras de cuia das ilhas de Abaetetuba, construtoras de uma pedagogia de resistência através de identidade coletiva, territorialidades específicas e relação de pertencimento. Este estudo possibilita o uso de técnicas de pesquisa orientadas por uma nova cartografia social construída nas oficinas de mapas nas comunidades da ilha Xingu e Quianduba, reunidas em unidades de mobilização para descreverem os fenômenos sociais que transformam seus espaços socialmente construídos ao longo dos tempos.

Palavras-Chave: Invisibilidade. Mulheres. Cartografia. Desenvolvimento

1 INTRODUÇÃO

A arte invisibilizada de agentes sociais que se autodenominam de “mulheres raspadeiras de cuia”, tem na presente análise um forte apelo pluriétnico na compreensão desse fenômeno social que resiste aos tempos, reivindicando identidades coletivas e territorialidades específicas como forma de reinventar os espaços sociais construídos.

¹ Trabalho de Pesquisa curricular a partir do uso de técnicas da nova cartografia social.



Este estudo objetiva trazer a luz, uma análise Pedagógica de resistência, sobre a invisibilidade de um saber repassado de geração em geração, por mulheres ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba, observando-se ser essa prática, exclusiva de mulheres, pertencentes as comunidades do Rio Xingú e Rio Quianduba, lócus desse estudo.

Compreender a dinâmica de reprodução natural das arvores de cuieiras e sua relação com a resistência da produção de cuias, que é re-passada de mãe para filha(s), de sogra para nora, funcionando como uma espécie de dote, ou seja, ao se casarem, muitas moças não tem uma formação escolar, e ou profissional, dificultando o acesso a um emprego formal, assim sendo elas aprendem a arte da preparação das cuias como forma de ajudar na subsistência e composição de renda de sua nova família, há também aquelas que trabalham nessa arte como complemento da renda familiar.

Esse complemento vem possibilitando muitas famílias a manterem seus filhos e filhas fora de seu território em busca de novos conhecimentos, contribuindo assim na formação a partir do grau de estudo, que se torna difícil obter na própria comunidade local, levando os filhos terem que sair de seu locus em busca de formação escolar, profissional e acadêmica.

O presente trabalho tem referencia empírica nas mulheres raspadeiras de cuia das ilhas de Abaetetuba, localizadas no Rio Xingu e Quianduba, que compõem unidades de mobilização social localizadas, que passam a reivindicar direitos territoriais coletivos, a partir de seu auto reconhecimento denominativo, construindo e politizando suas ações de mobilização social, cultural, econômica e organizacional, elementos estratégicos no enfrentamento da contra cultura hegemônica, legitimado pelas forças repressoras do Estado e opressoras do capital.

Os mecanismos das técnicas de pesquisa é orientado a partir da nova cartografia social da Amazônia, que reuni as mulheres em unidades de mobilização, para realizar tanto na ilha Xingu quanto no Rio Quianduba, oficinas de mapas, onde cada mulher retrata e descreve nas folhas de papel e cartolina, utilizando canetas de varias cores o retrato de sua territorialidade específica, de seu cotidiano no território socialmente construído, destruído e re-construído, resguardando sua cultura.

Assim, essa arte tem resistido no tempo e espaço, e comprovadamente sendo prática exclusiva de mulheres da Amazônia brasileira, pois contribui na fixação da territorialidade específica, na relação de pertencimento, e na afirmação identitária coletiva que se autoreconhecem como “mulheres raspadeiras de cuias” das ilhas de Abaetetuba.



2 REFERENCIAL TEORICO

Ao construírem sua própria reivindicação objetivadas em identidades coletivas, as mulheres rapadeiras de cuia das ilhas de Abaetetuba, passam a politizar sua ação em defesa de suas territorialidades frente ao avanço dos grandes empreendimentos monocultores na região dos Baixo Tocantins. Assim passa-se a estudar esses fenômenos a partir das técnicas de pesquisa de uma nova cartografia social, pois para Acselrad (2017, p.28), “as práticas da cartografia social evidenciam mundos que são corretamente invisibilizados” e completa:

A evidenciação de diferentes mundos e a problematização da relação entre eles é o que faz a cartografia social, tornando a linguagem cartográfica uma forma de ação que busca afirmar a diferença cultural e reivindicar direitos territoriais (ACSELRAD, 2017).

A violência simbólica exercida na relação de poder pelas forças do capital, legitimadas pelo Estado, tornam essas mulheres invisibilizadas em sua arte e cidadania, pois ignoram os processos de mudanças no espaço, no tempo e no ser social, onde o conflito surge como um ponto de afirmação identitária, que pode ser assim definido por Almeida (2008, p. 74):

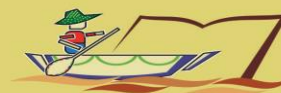
Neste processo de mudanças os conflitos socioambientais apareceram colados com as reivindicações de territórios específicos, por que, o que passa a ser colocado em jogo é o critério de autodefinição objetivado na emergência daquelas identidades coletivas (ALMEIDA 2008).

O trabalho de raspar e produzir cuias é praticado à muitos séculos e é executado exclusivamente por mulheres, pois segundo Luciana Gonçalves de Carvalho (2011), pesquisadora da UFOPA, os primeiros registros de mulheres trabalhando com cuias tem o seguinte relato:

Na passagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia entre 1786 e 1789, foram, pela primeira vez, registrados detalhes referentes a processos e técnicas de produção, modelos e circuitos comerciais envolvendo as cuias que mulheres indígenas preparavam na região (2011, p.19).

Portanto a luta a pela afirmação territorial referentes a conquista e reivindicação de territorialidades é assim definido por (BOURDIEU 1989, p.138), “existe uma distribuição desigual dos diferentes espaços geográficos”.

3 CONCLUSÃO



A resistência e a reprodução dos saberes tradicionalmente herdados, passados de geração em geração por mulheres ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, autênticas guardiãs de uma arte invisibilizada é descrito com todo um ritual cuidadoso, que protege um segredo guardado por séculos, sobre a química natural de um complexo trabalho artesanal que utiliza a tinta do cumaté, a uréia, a areia e o barro, no tingimento e pretação de cuias na Amazônia.

Essa prática pertence exclusivamente às mulheres indígenas e ribeirinhas, que mesmo ocultas pelo Estado, resistem aos tempos no preparo do fruto da cuieira, que pode ser considerada como símbolo de resistência da Amazônia brasileira. A cuia constrói um processo de auto afirmação identitária de um povo.

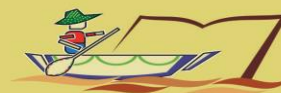
Dessa forma os povos da Amazônia se constituem como portadores de saberes e costumes ancestrais, que formam nossa personalidade e vínculos com os rios, a floresta e os espíritos curadores, assim nossa cultura não permite que seja de outra forma, por exemplo; fomos acostumados a tomar o tacacá na cuia e essa herança é reproduzida para além do território amazônico. Por isso nossa cultura possibilita nos reconhecer-nos através de identidades coletivas.

O legado que essas mulheres deixam no uso adequado dos recursos naturais e seu saber, obtendo resultados que vão além do valor econômico recebido pela venda das cuias, pois o valor absoluto de sua arte só é alcançado sublimemente quando seus filhos e filhas conquistam o pódio da educação superior, “adquirindo novos saberes” afirmando suas identidades coletivas.

Desse modo, tais representações coletivas, caracterizam-se por processos de territorialização, afirmação, pertencimento e auto denominação “mulheres raspadeiras de cuia”, configurando uma rede de sociabilidade, responsável pela partilha de informações e técnicas. Nesse caminho, confrontam-se novos saberes, os quais se manifestam como estratégias de resistência frente às forças hegemônicas que atuam nos seus territórios socialmente construídos.

A autodenominação e a reivindicação de identidades coletivas pode ser analisada sob a ótica de saberes herdados e acumulados tradicionalmente, pois essas mulheres dominam a complexidade de técnicas e conhecimentos químicos ancestrais, nos seus vários níveis de transformação da matéria orgânica no uso dos recursos naturais, compreendidos a partir da seguinte descrição na arte da cuia:

Conhecimento do período de influencia da lua sobre a maré para o amadurecimento e colheita do fruto da cuieira, serrar o fruto ao meio para raspar e tirar a bucha, lavar e deixar secar, fazer a fita milimetricamente (marca de mais ou menos 2 centímetros de largura na parte de fora do fruto). Preparar o líquido para tingimento das cuias, um tipo de tintura de nome cumaté³ in natura,



bater a casca para extrair a tintura, coar o cumate, armazenar em baldes, passar 16 demãos do líquido nas cuias, colocar para secar por dois dias, preparar o pretador, também chamado de “cama” das cuias, preparar a cinza, a areia ou o barro, fazer o estrado da cama pretador com arumã, colocar as cuias emborcadas e cobrir com folha de aninga, abafar por 24h e depois do processo de pretação das cuias, retirar do pretador e lavar com água corrente.

Dessa maneira realizando um trabalho de forma manual, artesanal e em equilíbrio no uso dos recursos naturais, tem-se um produto ecologicamente saudável, ambientalmente sustentável, social e economicamente invisíveis. Contrapondo-se as forças hegemônicas externas, a partir do desenvolvimento local duradouro e sem agressão aos recursos naturais.

Portanto dessa forma, compreende-se que os grandes empreendimentos monocultores de desenvolvimento implantados na Amazônia, desde o século XVIII até as décadas iniciais do século XX, só trouxeram exclusão, pobreza, devastação e conflitos sócio ambientais para a grande maioria dos povos e comunidades tradicionais. Não obstante a invisibilidade de unidades sociais objetivadas nas mulheres artesãs raspadeiras de cuia das ilhas Xingu e Quianduba em Abaetetuba no Baixo Tocantins.

5. REFERÊNCIAS

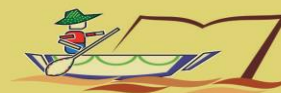
ACSELRAD, Henri. (org.). **O lugar e as possibilidades da política: Sentidos da Cartografia Social.** – Rio de Janeiro / São Luis: casa 8, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al (Org.). **Antropologia dos Archivos da Amazonia.** Rio de Janeiro: casa 8/ Fundação Universidade do Amzonas, 2008.

_____ et al. **Boletim cartografia da cartografia social: Uma síntese da experiências** – Ribeirinhos da Ilha do Capim: Frente aos grandes empreendimentos do Baixo Tocantins- N.8. Manaus: UEA Edições 2017 .

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de et al (Org.). **O artesanato de cuias em perspectiva.** Santarém.; Rio de Janeiro : IPHAN, CNFCP, 2011.



HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Milton Santos (et al). 3 ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.